

O SENTIDO DA HISTÓRIA: ENTRE METANARRATIVAS E PARTICULARIDADES

Paulo Robério Ferreira Silva¹
E-mail: [paulo.roberio@sga.pucminas.br]

RESUMO: A evidência da história como discurso tem trazido à baila uma série de questionamentos quanto ao fazer historiográfico. Nos limites daquilo que se chama de pós-modernidade ou como consequência dos avanços intrínsecos à própria disciplina e ao vasto campo das Ciências Sociais e Humanas, a história vem produzindo novos sentidos sobre si mesma, sugerindo a emergência de novos atores e autores e do próprio entendimento de diversidade. Pretende-se refletir sobre os limites das metanarrativas e de certo modelo de história resultante da virada linguística, além de propor a diversidade como condição elementar da consciência histórica.

PALAVRAS-CHAVE: história, metanarrativa, discurso, diversidade e pós-modernidade.

SENSE OF HISTORY: BETWEEN METANARRATIVES AND SPECIAL FEATURES

ABSTRACT: The evidence of history as discourse has brought up a series of questions about the historiographical do. Within the limits of what is called post-modernity or as a result of advances intrinsic to the discipline itself and the broader field of social sciences and humanities, history has produced new meanings about herself, suggesting the emergence of new actors and authors of their own understanding of diversity. It is intended to reflect on the limits of metanarratives and certain model of history resulting from the linguistic turn, and propose diversity as basic condition of historical consciousness.

KEYWORDS: history, meta-narrative, speech, diversity and post-modernity.

O Conhecimento Histórico

Na atualidade, algumas discussões têm contribuído para revitalizar a História como um saber imprescindível ao esforço incansável feito pela ciência – e não apenas – de tentativa de explicar a nossa existência. Entre eles destacam-se o questionamento se a História teria ou não o *status* de ciência, além de certo “mal-estar” provocado, sobretudo, entre os partidários do paradigma iluminista, em face da emergência de novos atores e autores históricos, ou, como expressado por Lyotard (2008), pela morte dos centros. No primeiro

¹ Mestre em Ciências Sociais pela PUC Minas; Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira pela PUC Minas; Qualidade da Educação Básica pelo EDUOAS/OEA; e Historiador. E-mail: paulo.roberio@sga.pucminas.br

caso, as críticas mais contundentes originam-se de certo tipo de entendimento que indica a incapacidade de a História produzir generalizações, pois se limitaria às subjetividades, à retórica e à estética. Tal perspectiva tem levantado dúvidas quanto à própria legitimidade deste saber. No segundo caso, ainda pouco explorado, se situaria, por um lado, nos próprios processos de (re)invenção da disciplina, com ênfase nas mudanças promovidas a partir dos *Annales* – principalmente metodológicas, resultantes da valorização de novos objetos e da interdisciplinaridade –; e, por outro, da presença, cada vez mais evidente, de novos interesses de estudo emergidos, sobretudo, a partir do questionamento da hegemonia ocidental.

Para o desenvolvimento deste estudo, o primeiro investimento a ser feito se refere à necessidade de se construir, de forma minimamente satisfatória, mesmo levando-se em conta a perspectiva de parcialidade do conhecimento científico na seara das Ciências Sociais e Humanas, um entendimento do que é História em sua dimensão científica. Não se trata, no entanto, de um esforço de significação de certo tipo de entendimento, mas, mesmo se valendo de escolhas, de buscar uma compreensão lógica e aceitável no discurso da disciplina que possibilite o desenvolvimento das argumentações desta investigação. Em seguida, pretende-se relacionar tais constructos com a perspectiva de que a apreensão da realidade não escaparia às particularidades, no sentido de que a construção de generalizações não significa apenas a exclusividade da teoria científica, mas, sobretudo, que emerge do diálogo entre os saberes formais e as representações dos agentes sócio-históricos.

A História seria ou não ciência? No sentido de se buscar uma resposta para uma questão tão polêmica, como atesta a altercação entre iluministas e pós-modernistas, é preciso refazer a própria compreensão do que é ciência. Tratar-se-ia, grosso modo, de um tipo de conhecimento que busca sua validade por meio da lógica, que geraria, por sua vez, certa racionalidade. A construção da racionalidade da ciência, ou melhor, das racionalidades, tem provocado inúmeros embates. Particularmente, nas fronteiras das Ciências Sociais e Humanas, há aqueles que procuram se aproximar do paradigma das ciências naturais, como se vê, por exemplo, em Comte e Durkheim; outros, como Weber e Marx, buscam a autenticidade deste saber em sua natureza intrínseca. No primeiro caso, os fenômenos sociais seriam tratados a partir de leis universais e invariáveis independentemente da influência do homem; no segundo, estas leis não escapariam à sua influência. Dito de outro modo, o que atribuiria a História à condição de ciência seria a sua capacidade de identificar regularidades que produzissem verdades suficientes em si mesmas. Ou seja, ao se identificar e se explicar “satisfatoriamente” determinado fenômeno, o conhecimento científico dali extraído seria suficiente para também explicar, simetricamente, outras realidades.

Considerando tal perspectiva, a operação de construção do conhecimento histórico poderia ser entendida como a produção de certa racionalidade que permitisse a relação do presente com o passado, quase sempre orientada teleologicamente. Desse modo, interessaria a este tipo de saber dimensionar a existência do homem. Nesse sentido, a História, na condição de ciência, remeteria necessariamente a certo tipo de formalização que, ao se justificar logicamente, pudesse dar conta de apreender as dinâmicas humanas e a ela relacionadas no tempo e no espaço. Nisso, implica dizer que, embora a lógica se baste em si mesma como princípio, pois é incapaz de gerar sentido sobre a realidade, o seu papel se

limitaria a organizar este tipo de conhecimento e nada mais. A validade da lógica, neste caso, se situaria na determinação de certos axiomas necessários à justificação dos argumentos cientificamente válidos.

Como principal consequência deste entendimento, tem-se que a História jamais estaria localizada fora dos limites da existência humana, ou seja, não se trataria de meras abstrações, resultantes de nossa autonomia para a divagação, mas das próprias experiências dos sujeitos humanos em suas individualidades e coletividades no tempo e no espaço. Como bem observou Russen (2001), a consciência história é algo inerente ao homem, ou seja, não se opta em tê-la ou não, resulta do diálogo que este faz consigo mesmo, com os outros e com a natureza. Nesse sentido, mesmo considerando que a relação do presente com o passado não escapa aos efeitos da subjetividade, não seriam essas desvinculadas do diálogo com o empírico – condição primária para se atribuir validade. O conhecimento histórico, desse modo, se formalizaria na incansável tentativa que se faz em busca de se apreender a realidade em sua trajetória temporal, seja explicando-a, objetivando controlá-la, ou simplesmente interpretando-a.

Num sentido prático, como resultado do esforço de se apreender à realidade considerando a diversidade como pluralismo cultural, o conhecimento histórico emergiria da qualificação do homem à condição de agência, ou seja, a sua localização como sujeito sociocultural, manifestado em suas individualidades e coletividades. Dito de outro modo, o sujeito sociocultural seria o real produtor da realidade histórica, bem como, os significados de tal realidade não escapariam as representações deste sujeito, e seriam condições elementares para a consubstanciação do conhecimento histórico. Neste caso, não se pode perder de vista a necessidade do diálogo entre tais representações e os cânones científicos em voga, estes cumpririam a função de organizadores do sentido da realidade a partir de discursos válidos.

Em termos lógicos, a racionalidade histórica proposta indica, baseando-se na evidência da diversidade, muitas vezes reduzida a arbitrariedade da ideia de minoria e/ou de periferia, que, por exemplo, os limites sugeridos às metanarrativas resultariam de sua incapacidade de apreender a diversidade em suas dinâmicas peculiares – afinal, não existiria o diverso, somos todos diversos –, condição que se explica pelo reducionismo aos interesses da história ocidental, como observou Bauman (2006). Ou seja, emerge a necessidade de se superar o insistente paradigma da relação centro-coadjuvante, quando as ideologias dominantes cumpriram a exclusividade do papel de promotoras da realidade. Nela, aqueles localizados em suas fímbrias seriam desprovidos de história. Nesse sentido, os movimentos de (re)invenção da Ciência da História, evidenciados, sobretudo, a partir dos *Annales*, com a valorização de novos e diversificados objetos de estudo, fontes e metodologias, bem como por meio do diálogo interdisciplinar, possibilitou o questionamento de certas verdades que se pretendiam suficientes em si mesmas e que se evidenciasse outras perspectivas de interpretação da realidade.

Em busca de responder a esta demanda, entende-se a necessidade de se localizar o lugar dos sujeitos socioculturais na história. Se o domínio do sobrenatural e do religioso na condição de agência não representa mais uma “ameaça” para a produção do conhecimento histórico, de certo modo, a dificuldade de humanizar e socializar a agência remeteria

a insistência de uma percepção da realidade a partir (1) ou dos determinismos naturais, quando os aspectos físicos, biológicos, climáticos, geográficos e outros antecederiam os fenômenos sociais; (2) ou quando, mesmo considerando a agência no homem, esta não escaparia a hegemonia dos grandes heróis, profetas, líderes, generais, inventores, gênios, descobridores etc.; (3) ou ainda quando, mesmo socializada, é concebida organicamente, ou seja, a sociedade é tida como uma totalidade que se autorregula e se transforma independentemente da interferência humana. Como observado por Sztompka (1998), o passo mais significativo em busca do sujeito sociocultural como agência foi dado quando se considerou que todas as pessoas eram reais produtoras das mudanças sociais em detrimento de alguns poucos eleitos, bem como, que todos os papéis sociais eram significativos e não apenas as funções de poder. Nesse sentido, baseando-se na metáfora do mercado, por exemplo, em que decisões múltiplas e dispersas tomadas por produtores, compradores, vendedores e consumidores seriam capazes, em seu conjunto, de transformar significativamente a realidade, reconheceu-se que o poder de decisão individual do sujeito na mudança social era ínfimo, quase insignificativo, no entanto, coletivamente os indivíduos se tornavam os reais produtores da história – aqueles capazes de promover as mudanças sociais.

Esta percepção tornou-se crucial para a produção do conhecimento histórico a partir do momento em que se concebeu a mudança social como sendo resultado agregado e historicamente acumulado de tudo que é produzido pelos membros de um determinado grupo social considerando, para isso, seus interesses particulares. Nesse sentido, à noção de imprevisibilidade, foi possível acrescentar o entendimento de mudança pretendida – condição manifestada, sobretudo, nas sociedades modernas.

Deste modo a agência encontra sua materialização final nos agentes coletivos ou associativos. Alguns são vistos agindo desde cima, mediante normas. São os governos, corpos legislativos e administrativos, corporações etc., outros agem desde baixo, introduzindo mudanças de maneira incremental. São as associações, grupos de pressão, *lobbies*, movimentos sociais. A complexa interação entre eles forma o cenário político das sociedades contemporâneas, seus resultados esperados cruzando-se com as atividades dispersas dos atores individuais levadas a cabo no cenário da vida cotidiana. Indivíduos e coletividades forma juntos, portanto, o curso sinuoso da história humana. (SZTOMPKA, 1998, p. 330).

Ainda fundamentando-se em Sztompka (1998), seria possível traçar alguns pressupostos ontológicos que justificariam a emergência de uma perspectiva de produção do conhecimento histórico que considere a diversidade como escopo investigativo: (1) a sociedade não seria jamais concebida como possuidora de uma natureza estática, e sim como processo, pois resulta de mudanças constantes; (2) as mudanças seriam principalmente endógenas, condição que indica a autotransformação; (3) tais mudanças se consubstanciariam na capacidade de ação dos sujeitos socioculturais, manifestadas em suas individualidades e coletividades, como discutido alhures; (4) as mudanças sociais não escapariam aos interesses, resultando dos conflitos e lutas dos diversos agentes envolvidos, o que determi-

naria a direção, os objetivos e a velocidades das mudanças; (5) toda ação ocorreria em contextos de estruturas recebidas, que, justificando sua qualidade dual, seriam também moldadas pela própria ação, condição que também indica a qualidade dual dos atores, quando estes produzem e são produzidos circularmente; (6) a relação entre ação e estrutura ocorre no tempo e fundamenta-se no diálogo entre criatividade motriz e determinação estrutural.

No sentido de responder – parcialmente – se a História seria ou não capaz de produzir generalizações, ou melhor, conhecimentos válidos sobre o passado considerando a perspectiva da diversidade, poder-se-ia sugerir um primeiro entendimento: como o argumento científico não escapa à necessidade da lógica, ou seja, de se fundamentar em axiomas que justifiquem certa coerência entre a realidade e a narrativa, o conhecimento histórico se legitimaria na emergência do diálogo entre os vestígios do passado e as representações produzidas pelos sujeitos socioculturais, sejam estes atores, autores ou ambos da história. Quer-se dizer que, a realidade da diversidade, antes de se reduzir aos interesses de uma leitura particularizada da história, seria pulverizada por múltiplas possibilidades de abordagem. Nesse sentido, as escolhas não inviabilizariam a condição de cientificidade, nem muito menos se encerrariam em si mesmas, pois estas emergiriam da relação entre a realidade e a capacidade de produzir significados, oriunda dos próprios cânones da ciência, como se revela na inteligibilidade do mundo proporcionado por este tipo de conhecimento. Dito de outro modo, o conhecimento histórico resultaria da necessária relação entre a realidade história, ou seja, os vestígios do passado e o conhecimento formalizado até então, passível dos interesses gerados pelas necessidades e expectativas dos sujeitos socioculturais. Aprender a realidade, nestes moldes, ao contrário da pretensão positivista, não significa se distanciar dela, mas fazer dialogar o concreto e as subjetividades a partir de argumentos logicamente válidos pelos sujeitos produtores e significadores da história.

Ao se verificar a diversidade como condição para produção do conhecimento histórico, seria, enfim, possível sugerir que as regularidades não escapariam jamais ao contexto. Não seriam entidades exógenas aos sujeitos socioculturais. O global inexistiria fora do local. Se a modernidade, por exemplo, caracteriza-se por uma orientação pelo futuro, o significado de futuro não é o mesmo para todos os indivíduos e sociedades, ou seja, as regularidades não criam a realidade, ao contrário, precisam de comprovação empírica, que sempre é particularizada. Desse modo, indica ser mais profícua a produção do conhecimento histórico orientado pela emergência do sujeito sociocultural como agente, do que o reducionismo de uma leitura que no sentido de explicar o “centro”, confirme a margem como um desvio (TAVOLARO, 2005).

Para mais bem justificar o que tem sido até aqui apresentado, no que se segue buscar-se-á discutir as contribuições e os limites do paradigma iluminista e daquilo que se vem chamando de pós-modernidade para a produção do conhecimento histórico, considerando a perspectiva da diversidade. Em seguida, à guisa de conclusão, se retomará a discussão sobre a diversidade como categoria de análise da realidade histórica.

O sentido da história: metanarrativas e discurso

Ao se discutir o conhecimento histórico como se vem até aqui argumentando, ou seja, entendo que ele resulta da relação entre o concreto e o abstrato numa perspectiva temporal, e que esta é uma condição para se apreender a diversidade considerando a agência nos sujeitos socioculturais, algumas questões precisariam ser pontuadas: (1) para que serve a história? (2) a quem serve a história? (3) qual a sua função social? Obviamente, que um número maior delas pode ser sugerido, o que indicaria, por exemplo, os desafios que este tipo de conhecimento precisa enfrentar, no entanto, sem a pretensão de respondê-las definitivamente, tais questionamentos são fundamentais para se atingir os objetivos desta investigação, como comentado alhures.

Uma primeira acepção seria dizer que o conhecimento histórico não é gratuito, ou seja, não emergiria da simples constatação de que a realidade histórica existe independentemente dos sujeitos e que por meio de certos métodos poderia ser apreendida. Nem, tampouco, seria resultado exclusivo do jogo das subjetividades, ou mais precisamente, como quer certo discurso pós-modernista, oriunda das tramas da linguagem. A História, ao se pretender como conhecimento válido nos limites da ciência, transitaria entre a realidade e o discurso, o que justificaria postular epistemologias que indicam a sua função social. Daí resulta dizer que a História tem finalidades e atende a certos interesses. Seria resultado, portanto, da relação entre a necessidade de apreensão da realidade em sua perspectiva temporal, da realidade imediata aos sujeitos socioculturais e das tramas da ideologia. Desse modo, desde, sobretudo, os séculos XVIII e XIX, principalmente na Europa, quando se intensificou o esforço para se construir racionalidades científicas que dessem conta do homem no tempo – operação, por outra, fundada, sobremaneira, na crítica ao mito e à religião –, surgiu como desafio a busca para se produzir modelos de conhecimento macro-históricos e teorizantes que se sustentassem na lógica – condição de inteligibilidade –, na explicação (ou compreensão, como postulou Weber), no rigor da análise, na abordagem estrutural e na delimitação do acaso, do subjetivo e do irracional (CARDOSO, 1997). Ao intentar tornar os fenômenos sociais inteligíveis foi à realidade europeia, tomada como hegemônica, o referencial privilegiado. As demais passaram a ocupar lugares subalternos, sempre em termos comparativos, a Europa tida como civilizada, ou seja, detentora do estágio mais avançado da existência humana.

O projeto “prometéico” do ocidente, como observado por Sodré (2005), se fundamentava na ideia do indivíduo humano todo-poderoso capaz de dominar a natureza, condição que indicaria a possibilidade de produção ilimitada, voltada para o consumo exponencial, no sentido de satisfazer não apenas as necessidades, mas os prazeres e o gozo. Consolidavam-se, definitivamente, as bases da modernidade, quando o passado deveria ser abandonado em favor de um futuro sempre promissor. Este, almejado, aos auspícios da burguesia capitalista, significaria uma condição de vida ideal para todos os indivíduos e sociedades do planeta.

O tripé que sustentava a emergente ideologia burguesa europeia apoiava-se na ideia de progresso, condição capaz de satisfazer todas as necessidades humanas; de tempo linear, que indicaria, entre outras coisas, a confirmação do estágio “superior” da sociedade europeia, em detrimento de todas as outras formas de sociedade – estas, reduzidas a um patamar subalterno diante da civilização deveriam buscar trilhar o mesmo caminho da

sociedade referente –; e na concepção de que a ciência significaria o único saber capaz de vencer o mito, a religião e o irracionalismo, condição que proporcionaria ao homem atingir os patamares mais elevados de bem-estar. No entanto, o que se verificou do idealismo cientificista das Ciências Sociais e Humanas europeias do século XIX aos nossos dias, foi, em grande medida, a não confirmação deste projeto “prometéico” europeu. As duas grandes guerras que assolaram o mundo na primeira metade do século XX, as ameaças químicas e atômicas que nos amedronta todos os dias, a intolerância racial nazista que provocou a morte de milhões de pessoas, a exclusão, cada vez mais degradante, que boa parte da população mundial sofre, sob as barbas do capitalismo, são apenas alguns exemplos que indicam os limites do ideal de sociedade moderna.

Nos limites de um mundo conturbado, quando a realidade se apresenta extremamente perversa para a grande maioria dos indivíduos em seus diferentes grupos sociais, a emergência de novos atores e autores indica ter sido fator decisivo para trazer à baila questões não privilegiadas ou insuficientemente abordadas pela matriz historiográfica ocidental. Os efeitos do imperialismo, caracterizado pelo colonialismo, pós-colonialismo, cristianização, Estado-nacional, liberalismo, neoliberalismo, certo modelo de democracia e o escravismo, por exemplo, podem ser referenciados na ausência de discussão quanto aos efeitos das ideologias dominantes nas formações sociais e a importância que os sujeitos socioculturais têm nestes constructos.

Não se poderia negar jamais a importância dos resultados obtidos nesta incansável busca de se apreender a realidade a partir de modelos lógico-rationais que deem conta da relação entre estrutura e ação. Como observado por Cardoso (1998), a partir de síntese produzida por Schaff a respeito do marxismo, o entendimento de que a realidade social é mutável; que as mudanças são submetidas a leis, cujo reflexo são as leis dinâmicas da História em sua condição de ciência; que a realidade, mesmo sustentando-se na perspectiva da mudança, se caracterizaria também por certos períodos de equilíbrio relativo, quando há uma duração relativa de suas formas e relações recíprocas, em muito tem contribuído para a construção do conhecimento histórico.

Na esteira do paradigma iluminista pode-se acrescentar ainda, conforme propõe Cardoso (1998): (1) a busca por articular as totalidades humanas às especificidades por meio de uma síntese global; (2) o entendimento de que a consciência que o homem de cada época tem não coincide exatamente com a realidade social em questão; (3) a especificidade de cada período histórico e de cada sociedade; (4) a aceitação (ao menos para aqueles vinculados aos *Annales*) da inexistência de fronteiras radicais entre as diferentes disciplinas científicas; (5) a produção do conhecimento histórico conforme a demandas do presente; (6) a determinação, em última instância, da realidade pelo econômico (marxismo e certo grupo dos *Annales*).

Se tomarmos a proposta da práxis marxista como exemplo, poder-se-ia sugerir certa análise que indicaria a necessidade de se avançar em busca de conhecimento histórico que ultrapassasse os limites impostos quando se tem apenas uma realidade histórica como parâmetro ideal de sociedade. Neste caso, seria preciso considerar a própria diversidade como referencial para a produção do conhecimento. Para mais bem justificar o que se postula, tome-se o entendimento de que se o passado não pode ser mais reconstruído,

restando dele apenas representações referenciadas em vestígios – condição determinante das mudanças sociais –, os processos de produção do conhecimento histórico não se isentariam das ideologias. O realismo histórico marxista fundamentado no entendimento que o conhecimento histórico emerge da práxis, no sentido de que esta intermedeia a relação entre a construção cognitiva e a realidade – suficiente em si mesma –, não encerraria o processo de construção do conhecimento. Dito de outro modo, embora seja substrato para a formação da consciência histórica, está não escaparia à necessidade de formalização de um discurso ordenado. Este, por sua vez, se situaria nos limites entre a realidade empírica e as diferentes linguagens capazes de consubstanciar sua inteligibilidade. No sentido até aqui discutido, pode-se dizer que, embora a linguagem específica da ciência não funde a própria Ciência Histórica, o conhecimento histórico, como qualquer outro, não se isentaria dos efeitos de tais constructos. Nesse sentido, o esforço de se obter uma visão holística por meio de leis universais, ao mesmo tempo em que se privilegiam as dinâmicas particulares, indicaria que o significado cognitivo da realidade não se isenta das tramas da própria lógica que a sustenta. A relação do homem com outros e com o meio físico, voluntária e involuntariamente, significa também o resultado das representações produzidas pelos sujeitos em suas individualidades e coletividades. Não seria demais ressaltar que a perspectiva da diversidade como se vem até aqui discutindo ampliaria sensivelmente a função social da História de produzir conhecimentos úteis e necessários a todos os indivíduos e coletividades humanas, pois tomaria como referência não apenas uma realidade hegemônica em relação à outra, mas o permanente diálogo entre realidades distintas.

Na acentuação da crítica ao paradigma iluminista, emergido da perspectiva Ocidental de sociedade, surge o questionamento, como destacado por Said (2007) e Jenkins (2001), da aceitação irrefletida do poder da autoridade. Ao se argumentar sobre a quem serve a história, aquilo que se vem chamando de paradigma pós-moderno trouxe à baila o delicado tema do poder. Se inscreve nele a proposta de revisão epistemológica da Ciência da História.

Porque o conhecimento está relacionado ao poder e porque, para atenderem a interesses dentro das formações sociais, os que têm mais poder distribuem e legitimam tanto quanto podem o ‘conhecimento’. A forma de escapar ao relativismo na teoria é analisar assim o poder na prática. Por conseguinte, uma perspectiva relativista não precisa levar à desesperança. Ela é o começo de um reconhecimento geral de como as coisas parecem funcionar. Trata-se de uma emancipação: de modo reflexivo, você também pode produzir história. (JENKINS, 2001, p. 51).

A construção de um “novo” arcabouço teórico-metodológico ou sua revisão se fundamentaria em certos critérios: (1) os fenômenos relacionados ao comportamento humano seriam distintos daqueles estudados pelas ciências naturais; (2) haveria uma acentuada distinção entre as produções humanas e a natureza; (3) seria preciso levar em conta o papel dos indivíduos e grupos sociais na consubstanciação dos fenômenos sociais, o que implicaria a ênfase em seus valores, representações, consciências, projetos etc. Nesse

sentido, o sujeito se tornaria ator e autor da história; (4) as subjetividades do pesquisador também interfeririam no resultado final da investigação; (5) dado à possibilidade da multiplicidade de interpretações para cada objeto de investigação faz-se necessário um permanente estado de revisão dos critérios de validação do conhecimento científico.

Uma das principais críticas ao paradigma pós-moderno se verificaria no questionamento do relativismo radical acentuado a partir da virada linguística. Conforme esta perspectiva haveria uma descontinuidade entre a realidade e a narrativa. No entendimento de White (1994), a narrativa histórica não seria capaz de reproduzir a realidade, pois suas naturezas são distintas. Enquanto a realidade se caracterizaria por um eterno contínuo, ou seja, pela sequência ininterrupta dos eventos, o texto histórico seria resultado da imaginação histórica e se estruturaria de forma a estabelecer a apreensão dos fenômenos históricos por meio de uma lógica sustentada pela perspectiva do começo, meio e fim.

Disso resultaria que, como o texto histórico não se referiria exatamente à realidade, as interpretações dos fenômenos históricos se situariam na perspectiva da escolha. Todas teriam validade conforme os critérios apresentados pelo autor e a sua concordância pelo receptor. Como postulado por Jenkins (2001), no lugar de se perguntar o que é a História, caberia indagar para quem é a História. Em tal situação, o argumento do autor se refere à interpretação de que como nada na cultura é natural logo não justificaria reduzir a realidade, o mundo exterior, aos postulados de regularidades, aos ditames da matemática e das regras e aos imperativos do método.

Foucault (2008) contribui com esta discussão ao indagar sobre quais seriam os efeitos nas narrativas históricas das formas recebidas da estrutura literária condicionadas ideologicamente. Para o autor, o conhecimento histórico não escapa ao determinismo das representações e aos níveis de discursividade. A objetividade científica, ou sua pretensão, seria questionada por aquilo que ele chama de *episteme*.

Suspeitaremos, talvez, que a *episteme* seja algo como uma visão do mundo, uma fatia de história comum a todos os conhecimentos e que imporia a cada um as mesmas normas e os mesmos postulados, um estágio geral da razão, uma certa estrutura de pensamento a que não saberiam escapar os homens de uma época – grande legislação escrita, definitivamente, por mão anônima. Por *episteme* entende-se, na verdade, o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização; a repartição desses liminares que podem coincidir, ser subordinados uns aos outros, ou estar defasados no tempo; as relações laterais que podem existir entre figuras epistemológicas ou ciências, na medida em que se prendam a práticas discursivas vizinhas mas distintas. A *episteme* não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas. (FOUCAULT, 2008, p. 214).

Em termos empíricos, o questionamento ao paradigma iluminista na perspectiva do poder seria resultado da evidência dos movimentos das minorias, sobretudo, a partir de 1968. Nesse sentido, a gestação do simbólico como argumento decisivo para se apreender a realidade contribuiu sensivelmente. No entendimento de que os comportamentos de uma determinada classe de ações resultam de certas programações, condição necessária a sua inteligibilidade, foi possível questionar o imperativo das metanarrativas, tidas como discurso das elites dominantes, e propor alternativas para se construir novas leituras da realidade.

Uma “nova” história: á guisa de conclusão

Considerar a diversidade como condição *sine qua non* para a produção do conhecimento histórico significa, entre outras coisas, trabalhar com a ideia de que a Ciência da História, não estaria a serviço exclusivo de interesses particularistas que determinariam a realidade como consequência de suas trajetórias históricas. A diversidade, neste caso, resultaria do diálogo entre determinada realidade, que se tem como objeto de estudo, e outras que possibilitem a sua alteridade.

Neste sentido, o relativismo ganharia outras feições, ou seja, a necessária contextualização que incide sobre as particularidades implicaria levar em conta também a relação entre o local e o global. Ao se abordar determinado fenômeno, as reflexões não se reduziriam apenas às dimensões teórica e metodológica, mas considerariam ainda os constructos filosóficos e epistemológicos que dariam sustentação à investigação – tema ainda pouco abordado no Brasil, como observado por Berbert Jr. (2010). Se situar no interstício entre o local e o global significaria dar sentido à realidade a partir do particular sem, no entanto, deixar escapar que ele por si só não se explica. Singularidades e particularidades requerem a alteridade para se tornar cognoscíveis. Ao se ampliar tal entendimento, pode-se argumentar que não se trata apenas de considerar a diversidade como fenômeno, mas tê-la a partir da concepção de que o próprio fazer científico está impregnado, em sua natureza, do diverso. Disto resulta dizer que, o sentido da história em tal perspectiva não se reduziria a exclusividade dos imperativos da autoridade e das ideologias, mas emergiria da produção cognitiva resultante do diálogo entre a inteligibilidade científica do fenômeno e sua referência empírica, embora, circularmente, seja também influenciado pela força do poder.

Se não existe mais *a história universal*, mas *histórias* resultantes da capacidade criativa humana de relacionar os vestígios do passado aos argumentos cientificamente válidos e as necessidades e expectativas que se configuram no presente, logo seria possível argumentar que a relação centro-coadjuvante perde força. A validade do conhecimento histórico se organiza na relação entre a realidade e a narrativa. Desse modo, não haveria uma “verdade” histórica, mas múltiplas possibilidades de tornar o mundo inteligível por meio da existência. As escolhas, neste caso, não seriam suficientes em si mesmas, nem, tampouco, inviabilizariam a possibilidade de cientificidade do conhecimento, pois precisariam “negociar” permanentemente com a própria realidade e com os discursos da ciência.

Na esteira do que se propõe, os sujeitos sócio-históricos se dimensionariam não como objetos estáticos à espera de serem qualificados em suas tramas sociais e culturais, seriam, antes, agentes da história porque fora das fronteiras da existência humana esta

simplesmente não existe. A realidade caótica, sem significado, não é história. Apenas seus próprios agentes são capazes de torná-la inteligível, seja por meio de suas ações, das representações ou de ambos. Desse modo, embora a ciência cumpra o importante papel de organizar logicamente a inteligibilidade da existência, está não é suficiente para produzir a realidade, porque tal realidade resulta da existência concreta em relação às representações dinâmicas dos agentes. Nesse sentido, o investigador compõe a realidade investigada.

Por tal viés, pode-se, enfim, argumentar que o ato de representar tanto não eliminaria a realidade, como não seria capaz de reproduzi-la tal qual é. O discurso histórico, embora inserido na retórica e na estética, não se limitaria a estes elementos, pois se sustentaria também nos processos cognitivos de significação da realidade. Tratar-se-ia de um conhecimento essencial para promoção de nossa existência. Ao contrário da ficção, que emerge da abstração gratuita, embora possa se valer também da relação com o mundo real, o conhecimento histórico, na perspectiva da ciência, se valida na exclusividade da relação entre os vestígios do passado, as subjetividades do presente e a linguagem da ciência. Esta relação precisa ser lógica, ou seja, ordenada de tal maneira que se aproxime o máximo possível de certa coerência conforme critérios previamente aceitos. A racionalidade científica não seria um determinante de verdades, mas um instrumento a ser utilizado para se promover o diálogo razoavelmente “seguro” entre o presente e o passado. O passado não emergiria de forma espontânea, conforme as nossas subjetividades, diga-se: interesses, mas como resultado de certo tipo de diálogo entre o que sobreviveu ao tempo e aquilo que nos motiva no tempo presente.

O conhecimento científico, embora passível das mais severas críticas, sobretudo, em face da pretensão de “verdade” – mesmo aceitando a condição de falível –, encontraria sua validade naquilo que possibilita aos sujeitos sócio-históricos maior autonomia para lidar com os fenômenos a sua volta. Tal liberdade, conforme se propõe, resultaria da autonomia para se construir novas racionalidades em que tanto os interesses como os meios de produção não escapariam ao princípio que qualifica estes sujeitos como os reais construtores e significadores da história.

Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Z. Europa: uma aventura inacabada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2006.
- BERBERT Jr., C. O. Teoria da História e Filosofia da História: uma análise das relações entre a epistemologia, a metodologia e o pensamento especulativo. *Dimensões*, vol. 24, p. 173-192, 2010.
- CARDOSO, C. F. Crítica de duas questões relativas ao anti-realismo epistemológico contemporâneo. *Diálogos*, Maringá, 02, p. 47-64, 1998.
- CARDOSO, C. F. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (orgs.).

- Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- FOUCAULT, M. Arqueologia do saber. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- JENKINS, K. A História repensada. São Paulo: Contexto, 2001.
- LYOTARD, J.F. A condição pós-moderna. 10ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- KUMAR, K. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- PRATT, M. L. Olhos do império: relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: Edusc, 1999.
- RUSEN, J. Razão histórica. Brasília: EdUnB, 2001.
- SAID, E. W. Orientalismo: o Oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SODRÉ, M. A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil, 3ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.
- SZTOMPKA, P. A Sociologia da Mudança Social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- TAVOLARO, S. B. F. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 20, n. 059, pp. 5-22, 2005.
- WHITE, H. Teoria literária e escrita da história. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.7, v.13, p. 23-48, 1994.